

TRABALHO PREPARADO PARA APRESENTAÇÃO NO X SEMINÁRIO DISCENTE  
DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DA USP, DE 09 A 13 DE  
NOVEMBRO DE 2020.

**INTERAÇÕES ENTRE ESTADO E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS RELIGIOSAS NA  
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DAS COMUNIDADES  
TERAPÊUTICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Ana Claudia Salgado Cortez**  
**Universidade de São Paulo (USP-DCP)**

Dominique Nunes Almeida  
Universidade de São Paulo (USP-EACH)

Gabriela Lotta  
Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Giordano Morangueira Magri  
Núcleo de Estudos da Burocracia - Fundação Getúlio Vargas (NEB-FGV)

Maria Izabel Sanches Costa  
Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Taciana Barcellos Rosa  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

**Resumo:** O objetivo do artigo é apontar caminhos para a compreensão de processos de interações entre organizações sociais e o Estado na implementação de políticas públicas, olhando para um caso ainda pouco estudado pela literatura: as organizações sociais religiosas. Fazemos isso a partir da análise das comunidades terapêuticas do Programa Recomeço no estado de São Paulo. Apesar do contexto de parceria entre as organizações sociais religiosas e o Estado para a prestação de serviço público, foram identificados conflitos importantes entre esses atores que acabaram influenciando não apenas a política pública, como também as organizações sociais religiosas e o Estado. Nossa principal contribuição teórica é iluminar processos de interações socioestatais na implementação de políticas públicas, debate que se localiza na fronteira dos estudos sobre as relações entre Estado e sociedade civil no Brasil.

**Palavras-chave:** interações socioestatais; políticas públicas; organizações sociais religiosas; comunidades terapêuticas.

## **Introdução**

Apesar dos avanços da literatura nacional acerca das interações entre sociedade civil e Estado, ainda faltam reflexões sistemáticas sobre quais os efeitos destas interações nas políticas públicas (Abers et al; 2018). Isso é ainda mais evidente quando verificamos a literatura de implementação (Lotta, 2012), a qual tem defendido que essa etapa consiste num processo repleto de decisões que podem levar à reformulação da política pública e efeitos inesperados (Sabatier, 2007). Por esse motivo, autores vêm apontando para a importância de analisar o processo de implementação em nível local, focando na complexidade de interações entre os atores sociais presentes no território, considerando a distribuição de poder e responsabilidades entre eles, assim como a existência de mecanismos formais e informais de negociações (Bichir et al; 2017).

Este artigo tem como objetivo contribuir com esse debate na medida em que busca compreender processos de interações entre organizações da sociedade civil (OSCs) e o Estado na implementação de políticas públicas em nível local, mais especificamente, junto à esfera estadual. Para tanto, analisaremos o caso das organizações sociais religiosas, católicas e evangélicas, e sua participação na gestão das comunidades terapêuticas (CTs) que fazem parte do Programa Recomeço em São Paulo.

A principal contribuição teórica de nosso estudo é de iluminar processos de interações socioestatais na implementação de políticas públicas, analisando um caso pouco estudado pela

literatura: o papel das organizações sociais religiosas na provisão de serviços públicos. Trata-se de tarefa analítica nada trivial, porém que se localiza nos debates mais atuais sobre as relações entre Estado e sociedade civil no Brasil (Lavalle et al, 2019).

O artigo está dividido em quatro seções para além desta introdução. Na primeira apresentamos o debate teórico que norteia nossa discussão. Na segunda, explicamos o contexto em que o trabalho está inserido e metodologia utilizada. Na terceira seção apresentamos os resultados obtidos e sua interlocução com a literatura. Por fim, a última seção é destinada às conclusões finais.

## **1. Interações socioestatais na produção de políticas públicas: um olhar sobre as organizações sociais religiosas**

### *Relação entre Estado e sociedade civil*

Desde a redemocratização, multiplicaram-se as experiências de participação de OSCs em diferentes áreas de políticas públicas e níveis de governo. Apesar do aumento do número de estudos desde então, a compreensão voltada para a interação entre sociedade civil e Estado é recente na literatura (Carlos; Porto Oliveira; Romão, 2014). Segundo Abers et al (2018), apesar do avanço dessa agenda, ainda são escassas as reflexões sistemáticas sobre o tema.

Até a década de 1990, as teorias dos movimentos sociais - as quais abordam a sociedade e o Estado como esferas rigidamente separadas e autônomas - davam base teórica para a análise da relação entre esses dois atores. Entretanto, essa proposta analítica acabou por restringir a capacidade de análise dos teóricos de explorarem a diversidade de conexões possíveis entre atores sociais e estatais, deixando invisíveis certos tipos de relações entre eles (Von Büllow e Abers, 2011; Banaszak, 2005; Clemens, 1993).

Estudos recentes vêm demonstrando que grupos da sociedade civil se utilizam de táticas que os aproximam do Estado como, por exemplo, o estabelecimento de parcerias para a implementação de serviços públicos e a incorporação de seus representantes na burocracia estatal como formas de influenciarem os rumos das políticas (Abers et. al, 2014; Carlos et al, 2017). Esses acúmulos têm permitido que a literatura reconheça a formação heterogênea do Estado e atores sociais, os quais interagem de forma mais ou menos colaborativa a depender dos valores e projetos que compartilham (Pismel, 2019). A literatura aponta que é preciso dar um passo além nessa discussão a partir de análises empíricas que nos permitam compreender quais condições afetam essa interação. Nosso trabalho visa contribuir com esse debate na medida em que buscamos compreender se o fator religioso é determinante para o tipo de relação

que as OSCs desenvolvem com o Estado no processo de implementação da política pública. Trabalhamos com a hipótese de que o fator religioso é decisivo nessa interação.

Assim, a fim de evitar as visões dicotômicas sobre a relação entre Estado e atores sociais que, como apontado anteriormente, marcou o debate sobre o tema, assumimos como premissa a existência de uma mútua constituição entre sociedade civil e Estado (Lavalle et al, 2012; Abers et al 2018). Ao adotar tal premissa, consideramos que a capacidade de ação de atores sociais e instituições políticas são produzidas pelas disputas e interações entre os atores sociais e estatais (Lavalle et al, 2019). Essa abordagem evita que olhemos para o Estado como mero contexto da sociedade civil e vice-versa, o que seria tarefa insuficiente, pois atores sociais não apenas pressionam o Estado de forma externa - assim como apontam autores que adotam a abordagem pluralista, tais como Dahl (1961), Lindblom (1977) entre outros – mas “são encarnados e ganham expressão institucional no Estado” (Lavalle et al, 2019).

Nesse sentido, em nossa análise, utilizaremos o conceito de *polity approach* de Theda Skocpol (1992). Trata-se de abordagem centrada nos processos de interações socioestatais que permitem que os atores sociais ora se adequem ao contexto institucional e ora arquitetem “encaixes” (*fit*) institucionais no Estado (Lavalle et al, 2019). De acordo com a autora, o “encaixe” pressupõe a existência de pontos de influência e acesso às instituições do Estado por parte de interesses sociais, que podem ser abertos a alguns atores e negados a outros (Skocpol, 1992).

Segundo, Szwako e Lavalle (2019), há quatro tipos de encaixes institucionais mapeados pela literatura: o modo posicional, que identifica cargos oficiais como instâncias a serem ocupadas por agentes sociais (Abers e Oliveira, 2015; Dowbor, 2012); o modo programático, referente à institucionalização de projetos e programas em políticas públicas (Carlos, 2012); o técnico-prático, que diz respeito a instrumentos de políticas instituídos através da relação entre Estado e atores sociais (Marques 2013); e o modo simbólico, esse ainda menos explorado pela literatura, que busca analisar categorias simbólicas de classificação pelas quais os atores sociais articulam suas demandas e as tornam públicas (Szwako e Lavalle, 2019).

Neste trabalho, destacamos a institucionalização simbólica, pois essa reconhece que as ideias e valores dos atores sociais a partir de seus “contextos” importam e que a força cognitiva e valorativa desses ideais veiculada a partir de interações, é crucial para a compreensão das políticas públicas (Szwako e Lavalle, 2019). Segundo Szwako e Lavalle (2019), o Estado, ao utilizar categorias provenientes da relação com atores sociais, modifica parcialmente a cognição

e esquemas referentes a seus modos de ordenação e intervenção, passando assim a “enxergar” como esses atores. O mesmo acontece com os atores sociais que, ao se relacionarem com o Estado, também acabam por incorporar valores oriundos das instituições estatais.

Este estudo contribui com o debate na medida em que analisamos processos de interações, disputas e conflitos estabelecidos entre organizações sociais religiosas - católicas e evangélicas - e o Estado em um contexto de parceria para a produção de uma política pública específica, o Programa Recomeço. Tal compreensão se faz fundamental na medida em que um dos produtos dessa interação pode ser a alteração das formas e estratégias de ação das instituições e agências estatais, como também das próprias organizações sociais religiosas.

### *O papel de organizações sociais religiosas: o caso das comunidades terapêuticas*

A morte da religião foi consenso nas Ciências Sociais durante grande parte do século XX. Grandes pensadores como Durkheim, Weber e Marx acreditavam que a religião perderia gradualmente sua importância nas sociedades modernas. Seus pressupostos baseiam-se na ideia de que o avanço da razão e das liberdades democráticas tornariam a religião politicamente irrelevante, restringindo-se apenas ao âmbito privado. Nos últimos anos essa tese sofreu críticas, pois indicadores apontavam a manutenção e crescimento do papel das religiões em diversos países (Norris e Inglehart, 2004; 2007; Casanova, 2007). Independente do número de pessoas que se autodeclaram religiosas, é inegável a maior presença de grupos religiosos na esfera pública (Guadalupe, Carranza, 2020).

Segundo Burity (2007), um dos fatores que explica o envolvimento de organizações sociais religiosas com ações de provisão social diz respeito a mudanças nas formas de atuação e estrutura do Estado desde a década de 1990. Nesse período, aumentou a demanda da sociedade civil por participação e poder decisório no desenho e implementação das políticas públicas. Assim, o Estado, em muitos casos, passou a transferir a execução das políticas sociais para OSCs.

O crescimento de parcerias entre o Estado e CTs se insere nesse contexto. As CTs são OSCs que, em sua maioria, são estabelecidas com o suporte de instituições religiosas, cujo objetivo é oferecer acolhimento e tratamento – via internação – para pessoas com transtornos decorrentes do uso problemático de substâncias psicoativas (SPAs) (Pires, 2018). Análises recentes mostram que a espiritualidade é adotada como metodologia terapêutica em 95,6% das CTs brasileiras. Já a leitura bíblica, participação em cultos e orações são declaradas como atividades

cotidianas por quase 90% delas (IPEA, 2017). Assim, pode-se afirmar que há convergência entre as CTs sobre o papel da espiritualidade no tratamento de seus acolhidos.

A religião encontra-se no cerne do desenvolvimento histórico dos serviços prestados pelas CTs. As CTs brasileiras tiveram influência dos movimentos de Oxford, Minnesota e Synanon (Damas, 2016; Fracasso, 2017). Estes se caracterizaram por prestar assistência a alcoolistas e pessoas que fazem uso problemático de outras drogas através de tratamento ancorado em valores religiosos de base cristã, especialmente através dos doze passos<sup>1</sup>, no modelo comunitário com a convivência entre pares e na laborterapia. (Damas, 2016; Fracasso, 2017).

Santos (2018) observa que as práticas de espiritualidade nas CTs possuem dois objetivos simultâneos: estabelecem um padrão de conduta moral para os internos, em geral a conduta cristã; e amparo emocional e psicológico para a manutenção da abstinência. Machado (2011) também aposta que a espiritualidade seria capaz de proporcionar um universo cultural próprio, formado por redes religiosas de solidariedade e sociabilidade, que ajudariam na manutenção da abstinência. Sendo assim, no campo das CTs, a espiritualidade é vista como essencial para a superação da adicção (Souza; Nunes e Santos, 2018).

Em 2011, foi lançado o programa federal “Crack é Possível Vencer” que incluiu as CTs como Serviços de Atenção em Regime Residencial Transitório. De acordo com o programa, as CTs devem oferecer acolhimento referenciado por Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), articulado com os serviços de saúde no território em que atuam. A normatização das CTs no nível federal já contava, desde o ano de 2008, com uma capacitação promovida pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), denominada “Fé na Prevenção” e direcionada a lideranças religiosas, o que estabeleceu formalmente o papel das organizações sociais religiosas na política nacional de drogas. Outro dado que reforça o argumento de vínculo estreito das CTs com igrejas e organizações sociais religiosas é que além do recebimento de recursos estatais, 63,5% das CTs brasileiras recebem doações financeiras dessas instituições (Diest/Ipea, 2016).

Por fim, a presença de organizações sociais religiosas na provisão de serviços públicos, traz questões importantes sobre a laicidade do Estado, que fogem do escopo deste trabalho, mas são importantes de serem pontuadas. Segundo autores como Blancarte (2008), Charles Taylor (2011) e Habermas (2007), um Estado laico deve prever mais do que a separação formal entre igreja e Estado. Para Blancarte (2008), laicidade é definida como “um regime social de

---

<sup>1</sup> Para mais informações sobre os 12 passos acesse:  
[https://www.na.org.br/os\\_12\\_passos\\_de\\_narcoticos\\_anonimos.html](https://www.na.org.br/os_12_passos_de_narcoticos_anonimos.html) - acessado em 26/09/2020.

convivência, cujas instituições políticas estão legitimadas principalmente pela soberania popular e já não mais por elementos religiosos" (p.20), o que não seria o caso da maior parte das CTs, inclusive daquelas que possuem parcerias com o Estado. Assim, nos questionamos se, ao estabelecer parcerias com organizações sociais religiosas para a provisão de serviços públicos, o Estado passa a adotar uma linguagem religiosa, ferindo assim o princípio da laicidade. Esse tema, de suma importância na atualidade, tem sido ainda pouco estudado pela Ciência Política e pela Sociologia da Religião, principalmente, no Brasil.

## **2. Contexto e Métodos**

Esta seção está dividida em duas etapas. Na primeira apresentamos o "Programa Recomeço", objeto de análise de nosso estudo, e na segunda discutiremos sobre os métodos utilizados e etapas da pesquisa.

### *O Programa Recomeço*

O "Programa Recomeço: uma vida sem drogas", é um Programa do governo do estado de São Paulo estabelecido em 2013, cujo objetivo é a execução de ações de prevenção, tratamento, reabilitação, acolhimento e reinserção social daqueles que fazem uso problemático de SPAs. O Programa foi estruturado no formato de um arranjo organizacional de co-responsabilidade das Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Social (SEDS), Saúde (SES), Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC), Educação (SEE) e Segurança Pública (SSP).

A principal estratégia utilizada pelo Programa é financiar vagas em CTs através do custeio de despesas individuais dos usuários do serviço, estimulando parcerias entre OSCs e o Estado. Atualmente, disponibiliza 1335 vagas através de 56 organizações em 70 equipamentos distribuídos pelo estado de São Paulo.

Os serviços de acolhimento no âmbito do Programa são divididos em duas modalidades principais. As CTs de Interesse de Saúde, com maior enfoque no tratamento clínico e terapêutico e que contam com profissionais da Saúde como médicos e enfermeiros. E as CTs de Interesse Social, cujo atendimento é pautado na convivência entre pares, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e no desenvolvimento de estratégias para a manutenção da abstinência.

As CTs vinculadas ao Programa Recomeço têm como obrigação acolher pessoas mediante avaliação prévia da rede de saúde, preferencialmente no Centro de Atenção

Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), definindo estes dispositivos como a porta de entrada para o Programa. Outro ponto importante é o Plano de Acolhimento Singular (PAS), que deve ser elaborado no prazo máximo de 20 dias a contar da entrada do acolhido no serviço, sendo esse um instrumento de especificação e monitoramento das ações de Acolhimento Social individual. Neste documento, devem ser reunidas todas as informações a respeito do acolhido, inclusive aquelas exigidas pelos órgãos de controle e fiscalização, sendo o desligamento qualificado do serviço condicionado à evolução das atividades previstas no PAS. Ao fim do período de Acolhimento Social proposto, obriga-se a realização de encaminhamento do acolhido para os serviços necessários à continuidade e/ou ao acompanhamento do seu processo de recuperação e reinserção social (São Paulo, 2017a). Portanto, tanto as inserções no serviço quanto a saída estão condicionadas ao controle estabelecido pelo Estado a fim de garantir uma homogeneidade no serviço prestado.

O presente artigo analisa apenas as CTs de Interesse Social, cuja execução dos serviços está sob a responsabilidade da Coordenação de Políticas sobre Drogas (COED) da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) do Estado de São Paulo. Essas CTs são selecionadas por meio de Editais de Chamamento Público, a partir do intermédio da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT), entidade responsável pela execução e gerenciamento do programa.

### *Metodologia e etapas da pesquisa*

Em termos metodológicos, a pesquisa foi realizada em três etapas. Primeiramente foi feito levantamento e análise da literatura sobre processos de interações entre a sociedade civil e Estado na produção de políticas públicas, com foco em organizações sociais religiosas, assim como daquela voltada às CTs. A segunda etapa, consistiu na realização de entrevistas com psicólogos e assistentes sociais<sup>2</sup> que compunham a equipe técnica de 44 CTs do Programa Recomeço, o que equivale a 66,6% dos serviços credenciados pelo governo do estado de São Paulo. Foram realizadas 65 entrevistas ao longo do estudo.

Das 44 CTs entrevistadas, 8 foram identificadas como evangélicas, 12 como católicas, e em 24 não foi possível identificar o vínculo religioso da organização. Neste artigo analisaremos as 8 CTs evangélicas e as 12 entidades católicas identificadas. Como forma de

---

<sup>2</sup> Optamos por realizar a análise a partir do olhar dos profissionais da linha de frente dos serviços que implementam as ações na prática. A análise a partir deles é uma forma privilegiada de entender como se dá a relação entre a política e as organizações (Brodin, 2012).



comparação, foram selecionadas, aleatoriamente, 10 CTs das 24 sem identificação de vínculo religioso. Ademais, foram entrevistados 02 funcionários da COED, responsáveis pela implementação e fiscalização do Programa Recomeço. Assim, para a finalidade deste artigo foram analisadas 37 entrevistas (Anexo 1).

As entrevistas foram realizadas presencialmente e com a utilização de um roteiro semi-estruturado, juntamente com o uso de vinhetas. O roteiro buscava analisar práticas realizadas pelas CTs, formas de organização do serviço e identificação de tipos de usuários acolhidos. Assim, o roteiro não contemplou perguntas diretas sobre o vínculo religioso das CTs, tampouco sobre a realização de atividades religiosas no âmbito dessas instituições. Isso ocorreu porque a princípio a dimensão religiosa não era objeto de nosso estudo. Entretanto, muitas questões relacionadas à religião emergiram naturalmente durante as entrevistas, deixando claro que esse é um fator importante no trabalho destas OSCs. Sendo assim, acreditamos ser importante relatar os achados encontrados para a geração de hipóteses e pesquisas futuras.

Também é importante ressaltar que todos os entrevistados das CTs responderam a vinhetas. A vinheta é um método semi-experimental que consiste em "textos, imagens ou outras formas de estímulo aos quais os respondentes são solicitados a reagir" (Hughes and Huby 2004, p.37). Nesta pesquisa utilizamos 3 casos (Anexo 2) construídos a partir de situações reais de usuários das CTs. A proposta foi comparar os encaminhamentos dados a cada situação tendo como variação as condições de vulnerabilidade familiar que suscitam julgamentos morais. Na primeira vinheta a questão religiosa não era mencionada. As outras duas relatavam apenas que o acolhido "não gostava de participar de atividades religiosas". Foram exatamente nestes últimos casos que muitas das menções sobre religião e espiritualidade surgiram nas falas, na grande maioria das vezes como sinônimas.

As entrevistas foram analisadas e codificadas usando método axial com base nos seguintes códigos pré-definidos: (1) o vínculo religioso da CT, (2) comentários sobre religião, (3) atividades espirituais nas CTs, (4) relação com o Estado e, por fim, (5) a relação com a rede sócio assistencial (saúde e assistência social). Estes códigos guiarão a apresentação dos resultados. Assim, tendo as CTs como categoria analítica, analisamos as categorias religiosas mobilizadas por estas OSCs em sua interação com o Estado, assim como as capacidades e mecanismos desenvolvidos pelas instituições estatais, em particular a COED, para regular o trabalho dessas OSCs.

Ademais, ressaltamos que a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Conformidade Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Fundação Getúlio Vargas (CEPH/FGV).

### **3. Interações entre CTs religiosas e o Estado na implementação do Programa Recomeço no estado de São Paulo**

Nessa seção, destacamos as principais características da interação entre as CTs pesquisadas e o Estado<sup>3</sup> - por meio da COED - estratégias desenvolvidas pelo segundo para regular o uso da religião pelas primeiras, assim como as principais diferenças entre organizações sociais religiosas e laicas em sua interlocução com o aparato estatal.

Durante a pesquisa, encontramos muitas diferenças entre as CTs religiosas e não religiosas em suas interações com o Estado, porém não foram identificadas diferenças relevantes entre os tipos de religiões das CTs estudadas - questão que merece novos estudos.

#### *Espiritualidade como parte do tratamento: a incorporação da religião na política pública*

Foram identificadas atividades religiosas ou de espiritualidade (termo utilizado pelas instituições) em 16 das 44 CTs analisadas - sendo 7 evangélicas, 6 católicas e 3 sem vínculo religioso identificado. Essa informação surgiu na fala dos entrevistados de forma espontânea, já que esses não foram questionados diretamente sobre o tema. Sendo assim, acreditamos que esse número seja ainda maior, o que reforça a centralidade da religião no trabalho dessas organizações e a necessidade de novos estudos que investiguem a dimensão religiosa do tratamento realizado por essas comunidades.

Durante a pesquisa foram identificados dois processos que indicam a incorporação da religião na política por parte do Estado, os quais estão diretamente relacionados entre si. O primeiro foi a substituição do termo religião/ religiosidade por "espiritualidade" e o segundo relaciona-se à incorporação de "atividades de espiritualidade" nas normativas que regulamentam a política.

A palavra espiritualidade é constantemente utilizada tanto pelos funcionários das CTs como por representantes da COED em substituição de termos como religião, cristianismo,

---

<sup>3</sup> Em nossa análise, o Estado está representado principalmente pela Coordenação de Políticas sobre Drogas (COED) da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) do Estado de São Paulo. Não foram analisadas dimensões da interação entre organizações religiosas e outros setores do Estado como a rede de atenção psicossocial, equipamentos do SUAS, conselhos participativos etc. Essa é uma agenda para pesquisas futuras.

catolicismo, evangelismo etc. Apesar de os entrevistados usarem o termo espiritualidade, há pouco ou nenhum espaço para perspectivas teológicas diferentes da abordagem cristã.

Na visão dos representantes da COED entrevistados, o termo espiritualidade veio apenas para substituir a palavra religião, porém as práticas em si mudaram pouco. Nossa hipótese é que o Estado passou a utilizar esse termo a fim de dar um caráter de pluralismo religioso à política, o que não ocorre na prática. Sendo assim, as CTs teriam adotado esse termo após a incorporação do mesmo pelo Estado em suas normativas em âmbito nacional e estadual, conforme veremos a seguir.

O primeiro edital de chamamento público de entidades sem fins lucrativos para o Programa Recomeço, de maio de 2013, previa o desenvolvimento de "atividades de espiritualidade", sem discriminação de credo, o que demonstra a cultura religiosa presente na política e incorporada pelas instituições estatais (São Paulo, 2013).

Ademais, a incorporação da religião na política também é realizada em nível nacional. A resolução do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) de 2015, que regulamenta o trabalho realizado pelas CTs no Brasil, prevê o “desenvolvimento da espiritualidade” como uma das atividades terapêuticas prestadas por essas instituições (BRASIL, 2015). A capacitação promovida pela SENAD denominada “Fé na Prevenção” e direcionada a lideranças religiosas, também deixa claro o reconhecimento por parte do Estado sobre o uso da religião como forma de tratamento no âmbito das CTs.

Estes marcos normativos mostram o reconhecimento pelo Estado da dimensão religiosa na abordagem de enfrentamento ao uso problemático de SPAs, evidenciando uma legitimação da visão do modelo de tratamento reivindicado pelas CTs, principalmente religiosas, na política pública de drogas. Isso reforça o que foi apontado por Szwako e Lavallo (2019) sobre o impacto da força cognitiva e de valores na mudança dos modos de intervenção do Estado. Assim, ao aceitar (mesmo que em parte) o uso da religião no interior das CTs, o Estado incorpora a cultura religiosa dessas OSCs na política pública, reconhecendo não apenas a dificuldade de proibi-la como prática, mas também sua importância para os usuários do serviço<sup>4</sup> e para as CTs. Ao incluir o uso do termo espiritualidade em seus editais de chamamento público e ao utilizá-lo na interação com as CTs, o Estado reconhece e aceita tais práticas como parte da política,

---

<sup>4</sup> O que necessita de maior investigação empírica.

incorporando ideias e valores próprios dessas CTs, passando a “enxergar”, nos termos de Szwako e Lavallo (2019), em parte como tais organizações.

Nossa hipótese é que o reconhecimento da religião como parte da política pelo Estado se dá por quatro razões principais. A primeira deve-se ao histórico dessas instituições que surgem a partir de iniciativas de igrejas, principalmente católicas e evangélicas. A segunda razão é por ser a religião uma importante linguagem de acesso aos acolhidos. Em visita que fizemos a uma CT que se autodeclara laica, seu diretor nos contou que eles tentaram fazer conversas com os acolhidos sobre os trabalhos de Michel Foucault, porém, “Jesus acabou falando melhor”. A terceira razão se relaciona com a noção de pertencimento trazida pela religião que, de certa forma, faz com que os usuários do serviço se sintam “parte de algo”. Por fim, o quarto motivo se dá pelo fato de, segundo representantes do Estado e profissionais das CTs, a religião ser uma demanda dos próprios acolhidos, que incorporam as práticas religiosas como centrais em seu tratamento, sobretudo em indivíduos que já tiveram outras experiências em CTs<sup>5</sup>. Todas essas hipóteses precisam ser investigadas a partir de novos estudos.

Assim, tanto a presença da questão espiritual nos marcos normativos, quanto o esforço de adequação das OSCs aos limites - ainda que somente terminológicos no caso da substituição da palavra religião por espiritualidade - impostos pela COED, reforçam a hipótese de que houve necessidade de adequação mútua para garantir a incorporação da dimensão religiosa na política. Uma incorporação que ocorre permeada por disputas em que ambas as partes cedem e que a questão terminológica da espiritualidade versus religião simboliza bem. Esse fato reforça a premissa por nós adotada da existência de um processo de mútua-constituição entre sociedade civil e Estado, em que a capacidade de ação de atores sociais e instituições estatais são produzidas pelas interações entre esses atores (Lavallo et al, 2019).

### *Estratégias do Estado para a regulação do uso da religião pelas CTs*

A principal estratégia apontada pela COED para regular o uso da religião pelas CTs é a profissionalização dessas instituições através da obrigatoriedade de contratação de profissionais especializados e desenvolvimento do Plano de Acolhimento Singular (PAS). Assim, identificamos que há um esforço por parte da Coordenação de ampliar os recursos técnicos dessas OSCs e assim fazer com que o espaço para a religião seja diminuído. Segundo eles, a

---

<sup>5</sup> Esta constatação surgiu nas entrevistas que realizamos tanto com representantes da COED quanto com profissionais das CTs. Para um aprofundamento dessa questão seria necessário a realização de entrevistas com os usuários do serviço.

religião pode existir, mas não deve estar acima do conhecimento científico. Em suas palavras, “onde a questão religiosa é forte não há trabalho técnico e onde há trabalho técnico, a questão religiosa existe, mas não é tão forte” (Entrevista 36).

Assim, é possível notar que o Estado aceita a incorporação do uso da religião no tratamento oferecido por essas instituições. Ou seja, não há pretensões por parte da COED de acabar de vez com as atividades religiosas no interior das CTs (Entrevista 37). Porém, a diretriz da Coordenação é que essas não podem ser as principais práticas de tratamento utilizadas pelas comunidades (Entrevistas 36 e 37).

Apesar de o Estado não ter o objetivo de acabar com a presença religiosa no interior das CTs, esse busca regular e diminuir a centralidade da religião no tratamento dos acolhidos. Nesse sentido, quatro estratégias são utilizadas.

A primeira é o fortalecimento de profissionais especializados nas CTs para “ocuparem o espaço que hoje é ocupado pela religião” (Entrevista 36). Para fazerem parte do Programa Recomeço, é exigido pelo Estado que as OSCs contratem ao menos um psicólogo, um assistente social e um sócio-educador, como equipe técnica mínima. O esforço de profissionalização das CTs por parte do Estado também é identificado pelos representantes das CTs, os quais afirmam que tal exigência faz com que profissionais com visões mais técnicas e menos religiosas sejam contratados (Entrevistas 3, 10, 11).

Ainda no sentido da profissionalização, a COED exige que as CTs do Programa Recomeço desenvolvam um PAS para cada acolhido. Segundo resolução do CONAD (2015) e conforme descrito anteriormente, o PAS é o principal documento para a especificação e monitoramento das ações de acolhimento individual, o qual reúne todas as informações necessárias a respeito do acolhido para controle e fiscalização do Estado.

Ademais, é exigida a realização de atendimentos psicoterapêuticos individuais com frequência mínima de uma vez por semana ou de acordo com a necessidade indicada pelo médico responsável. Também é indicada a realização de atendimento social individual a ser realizado de forma periódica (BRASIL, 2015).

Outro importante passo para a profissionalização das CTs religiosas tem sido a substituição de profissionais conhecidos como “conselheiros” ou “monitores”, por sócio-educadores. Figuras próprias das CTs religiosas, os conselheiros são pessoas que já estiveram acolhidas nas CTs e que, após o período de tratamento, foram contratadas para trabalharem nessas instituições. Assim, como os pastores que dirigem as CTs, os conselheiros também são

vistos como autoridades religiosas e desempenham papel importante para a perpetuação do discurso religioso entre os acolhidos. Ao notar o papel dos conselheiros no reforço da cultura religiosa sobre a política, a COED passou a exigir que esses fossem substituídos por sócio-educadores, pessoas com formação de no mínimo Ensino Médio completo e que passassem por um processo de formação oferecido pelo Estado. Ademais, a Coordenação mantém diálogo constante com esses atores de modo a identificar se há preponderância do uso da religião sobre os conhecimentos técnicos oferecidos pelo Estado (Entrevista 36).

Por fim, como mencionado acima, a visão de espiritualidade predominante nas CTs religiosas é restrita ao cristianismo. Sendo assim, a fim de ampliar os horizontes das CTs sobre o tema, a COED tem realizado conversas com seus dirigentes e funcionários. Seu intuito é fazer com que seja desenvolvida uma perspectiva crítica de espiritualidade que vá além da abordagem “cristocêntrica”<sup>6</sup>. Ademais, a COED busca reforçar a importância da não obrigatoriedade das atividades religiosas.

Dadas as estratégias citadas acima, observamos que o Estado, por meio da COED, tem desenvolvido diferentes ferramentas para regular o uso da religião como principal forma de tratamento dos acolhidos no interior das CTs. Neste sentido, podemos afirmar que a Coordenação vai contornando tensões para regular o uso da religião pelas CTs, sem encarar o problema de frente, o que poderia gerar conflitos que impossibilitariam a implementação da política pública (Entrevista 37). Nesse caso, vemos a importância das interações socioestatais e, principalmente, das ideias e valores compartilhados por ambos para a compreensão das características adquiridas pela política pública, o que já havia sido apontado por Szwako e Lavallo (2019).

#### *Diferenças entre CTs religiosas e não religiosas na interação com o Estado*

As CTs religiosas possuem maior resistência às iniciativas de profissionalização propostas pela COED, pois existe uma crença disseminada entre elas de que “a ciência irá retirar o espaço da crença” (Entrevista 36). Ademais, há entre essas OSCs uma noção de que a relação com o Estado irá destruir suas identidades. Nesse caso, identidade está diretamente relacionada à centralidade do uso da religião como forma de tratamento e “missão” de evangelização dos usuários. A resistência das OSCs religiosas em relação ao Estado fica evidente na fala a seguir de um psicólogo de uma CT evangélica:

---

<sup>6</sup> Termo utilizado pelos entrevistados das CTs.

"Eu vejo as CTs, não todas, mas pelo menos as que eu trabalhei e a que eu trabalho hoje como se fosse uma cidadezinha do interior, onde um coronel (pastor dirigente) manda e chega agora um advogado da cidade grande (o Estado) que chega com ideias novas, com ideias revolucionárias e dá todo aquele conflito. Por isso, eu falo da importância do Recomeço para essa comunidade e para mim [...] A CT que eu trabalho também tem, mas menos, uma cultura muito do passado. De carpina, de impor uma religião e está tendo agora esse conflito e eu acho que é um conflito muito saudável que entra o cartão recomeço que traz toda a cientificidade que está ajudando muito, mas causa muito conflito, mas está ajudando muito muito mesmo" (Entrevista 10)

Outra característica das CTs religiosas que acaba por ampliar a resistência das mesmas em relação ao Estado, é o alto nível de controle que seus dirigentes, geralmente pastores e padres, têm sobre as instituições e seus funcionários, o que acaba gerando conflitos dentro e fora das CTs.

"Se você me perguntasse o que eu não gosto (nas CTs) é dessa cultura dos presidentes de comunidades que eles amarram muito, demais. Amarram em que sentido? Amarram de ter uma grande dificuldade de lidar com o novo, com a insegurança, com a perda de controle" (Entrevista 10).

"Há uma dificuldade com a presidência, porque não sei se é porque ele é pastor, mas ele tem uma visão muito sistematizada, engessada" (Entrevista 3)

"Eles se acham donos da instituição, não entendem o que é uma organização da sociedade civil. Como foram eles que fundaram as CTs com a família, acham que a comunidade é deles" (Entrevista 36).

Por fim, identificamos que as CTs religiosas, embora invistam em ocupar assentos em conselhos, federações e outros ambientes institucionais de disputa do tema no Estado (Pires, 2018), estabelecem menos contatos com os representantes estatais do Programa - especialmente da COED - do que aquelas sem vínculo religioso, evitando levar suas demandas à Coordenação.

"Não, muito pelo contrário, eles (CTs religiosas) evitam ter demanda porque sabem que se tem, tem cobrança. Então, eles nunca têm demanda específica [...] temos muito mais demandas dessas que não são (religiosas) que se sentem muito mais livres para buscar o Estado. Então os técnicos não vão ter que perguntar para o presidente se eu posso entrar em contato com o técnico do Estado, ele vai dizer não, eu sou técnico, estou com uma demanda, então vou perguntar para a técnica do Estado como que resolve essa demanda, sem ter que pedir autorização a ninguém" (Entrevista 36).

Segundo os representantes da COED, a pouca procura das CTs religiosas pelo Estado ocorre por três motivos principais. O primeiro está diretamente relacionado ao que mencionamos

acima. Essas OSCs evitam a interação com a COED, pois possuem receio de que esta interação altere suas identidades, principalmente ao que se refere à redução do espaço para o proselitismo religioso e o espaço de liderança de pastores e padres.

O segundo motivo relaciona-se com o controle dos dirigentes sobre as CTs e principalmente sobre os técnicos. Como visto na citação acima, diferentemente das CTs sem identificação religiosa, nas CTs religiosas os técnicos possuem menos liberdade para tratar suas questões diretamente com o Estado, precisando passar pelo consentimento do pastor/padre dirigente. Isso faz com que menos demandas cheguem ao Estado.

A terceira razão para que as CTs religiosas interajam menos com o Estado é o fato de que essas possuem uma rede de apoio ofertada pelas igrejas, que faz com que resolvam problemas de estrutura, financiamento e outros através dessa rede. Entre procurar o Estado ou a igreja, as CTs optam por procurar a igreja que muitas vezes desempenha o papel do Estado no território quanto ao atendimento à população, como foi apontado por Burity (2007).

Todos os motivos revelados acima partiram da visão de representantes da COED e por isso se tratam de argumentos que apontam caminhos, mas demandam investigação empírica mais aprofundada.

Por fim, é interessante notar que, da mesma forma que o Estado modula o serviço na interação com as CTs para regular o uso da religião, as comunidades religiosas também buscam espaços para a manutenção de sua identidade religiosa. O baixo nível de interação com o Estado e a busca da rede ecumênica para a resolução de conflitos são estratégias utilizadas nesse sentido.

Ademais, apesar de esse ser um caso de parceria entre OSCs e Estado para a produção de uma política pública conjunta, não há um completo alinhamento entre as organizações sociais religiosas que prestam o serviço e as instituições estatais. Pelo contrário, há conflitos importantes na interação entre esses atores que acabam influenciando as próprias OSCs (como por exemplo, a contratação de profissionais sem vínculos religiosos ou mudanças nas atividades religiosas), o Estado (como o desenvolvimento de capacidades para a realização de diálogos sobre espiritualidade), e a própria implementação da política pública que se desenha a partir dessa interação.

Assim como apontado por Pismel (2019), estudos nesse sentido são importantes porque reconhecem as diferentes formas de interações socioestatais, que podem ser mais ou menos colaborativas a depender dos valores e projetos compartilhados pelos atores envolvidos.



Ademais, os dados aqui apresentados só reforçam o que foi apontado por Abers e Von Bulow (2011) sobre a diversidade de conexões possíveis entre atores sociais e estatais e a importância dessas interações para os rumos das políticas públicas (Abers et. al, 2014; Carlos et al, 2017) em especial suas etapas de implementação (Lotta, 2012).

#### **4. Considerações finais**

O objetivo deste artigo foi analisar as interações entre o Estado e organizações sociais religiosas na produção de políticas públicas, em especial sua etapa de implementação.

Em nossa análise identificamos diferenças importantes entre CTs religiosas e não religiosas, porém não foram identificadas diferenças relevantes entre as religiosas de diferentes denominações cristãs analisadas (evangélicas e católicas). Para o aprofundamento dessa questão precisaríamos ter desenvolvido um estudo comparativo, caminho esse que pode ser seguido a partir do presente trabalho.

Em relação às CTs religiosas, as principais características identificadas no processo de interação dessas OSCs com o Estado foram: (1) essas OSCs apresentam maior resistência às mudanças implementadas pelo Estado e interagem menos com a COED, evitando levar suas demandas à Coordenação; (2) há possivelmente um maior controle por parte de seus dirigentes sobre as instituições e seus funcionários; (3) possuem uma ampla rede de apoio para além do Estado, ancorada nas igrejas, o que faz com que essas CTs dependam menos das instituições estatais em comparação àquela que não possuem vínculos religiosos.

Em relação ao Estado, especialmente por meio da COED, observa-se que este incorpora a cultura religiosa das CTs na política pública na medida em que reconhece sua importância e a institucionaliza em seus editais de chamamento público. Apesar da COED não ter o objetivo de acabar com a presença religiosa nas CTs, essa busca regular e diminuir a centralidade da religião no Programa, através da exigência de profissionalização e realização de atividades sobre uma abordagem crítica da espiritualidade, capacidade essa que vem sendo desenvolvida pela Coordenação a partir da relação com as OSCs, em especial as religiosas.

Apesar do contexto de parceria entre OSCs religiosas e Estado, foram identificados conflitos na interação entre esses atores que acabam influenciando não apenas a implementação da política, como também o funcionamento das organizações sociais diretamente, e o próprio Estado.

A contribuição do presente artigo está em iluminar aspectos do processo de interações entre OSCs religiosas e Estado na implementação de políticas públicas, principalmente ao que se refere à dimensão simbólica de processos de institucionalização de demandas, tema que ainda carece de estudos empíricos (Abers et al, 2018; Szwako e Lavallo, 2019). Ademais, nossa contribuição teórica também se dá no campo da literatura que investiga o caráter religioso presente nas CTs (Santos, 2018; Souza, Nunes e Santos, 2018; Machado 2011), em particular ao que se refere às interações dessas organizações com o Estado, o que ainda tem sido pouco investigado pela literatura (Pires, 2018).

Por fim, é importante ressaltar que todos os achados apontados pelo presente estudo se tratam de mapeamento inicial do campo, essenciais para a formulação de hipóteses, porém que precisam ser explorados em futuras pesquisas.

## **Bibliografia**

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula**. Dados, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.
- ABERS, Rebecca; OLIVEIRA, Marília. **Nomeações políticas no Ministério do Meio Ambiente (2003-2013): interconexões entre ONGs, partidos e governos**. Opinião Pública, v. 21, 2015, pp. 336-64.
- ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas: repensando atores e oportunidades políticas**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 105, p. 15-46, 2018.
- BANASZAK, Lee A. **Inside and Outside the State: Movement Insider Status, Tactics, and Public Policy Achievements**. In: Meyer, David et al. (Ed.) Routing the Opposition: Social Movements, Public Policy, and Democracy. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.
- BICHIR, Renata; BRETTAS, Gabriela Horesh; CANATO, Pamella. **Multi-level governance in federal contexts: the Social Assistance Policy in the City of São Paulo**. Brazilian Political Science Review, v. 11, n. 2, 2017.
- BLANCARTE, Roberto. **El porqué de un Estado laico. Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, p. 19-32, 2008.
- BOHN, Simone R. **Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006)**. Opinião Pública, Campinas, v. 13, n. 2, p. 366-387, nov. 2007.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas. Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015**. Diário Oficial da União, n. 165, p. 51, 28 ago. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Memória MROSC**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 2017.
- \_\_\_\_\_. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública**. Versão 2 - Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 80 p. 2014.
- BURITY, J. **Religião e redes nas políticas sociais: legitimando a participação das organizações religiosas**. Estudos de Religião, vol. XVII, no. 25, 2003a.
- \_\_\_\_\_. **Organizações religiosas e ações sociais: Entre as políticas públicas e a sociedade civil**. Revista Antropológicas, v. 18, n. 2, p. 1, 2007.

- CAMURÇA, Marcelo. **RELIGIÃO, POLÍTICA E ESPAÇO PÚBLICO NO BRASIL: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018**. Estudos de Sociologia, Recife, 2019, Vol. 2 n. 25
- CARLOS, Euzeneia. **Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - USP, São Paulo, 2012.
- CARLOS, E.; PORTO OLIVEIRA, O; ROMÃO, W. DE M. **Sociedade Civil e Políticas Públicas: atores e instituições no Brasil contemporâneo**. Chapecó: Argos, 2014.
- CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do C. **Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas**. Civitas, v. 17, n. 2, 2017.
- CASANOVA, José. **Rethinking secularization: A global comparative perspective**. Religion, globalization, and culture. Brill, 2007. 101-120.
- CLEMENS, Elizabeth. **Organizational Repertoires and Institutional Change: Women's Groups and the Transformation of US Politics, 1890-1920**. American Journal of Sociology, 1993, v. 98, n. 4, 1993.
- COSTA; Carlos Eduardo Batista; FILGUEIRAS; Cristina Almeida Cunha; TEODÓSIO; Armindo dos Santos de Sousa. **Organizações da Sociedade Civil nas Políticas Públicas: racionalidades em embate no contexto de Minas Gerais**. XL Encontro da ANPAD, Costa do Sauípe – BA – 25 a 28 de setembro de 2016.
- DAHL, Robert Alan Equality and power in American society. In: William e V. Ehrlich, H. J. (Eds.), **Power and Democracy in America**. South Bend, Indiana: University of Notre Dame Press, p. 73-91, 1961.
- DAMAS, Fernando Balvedi. **Comunidades Terapêuticas no Brasil: Expansão, Institucionalização e Relevância Social**. Revista de Saúde Pública de Santa Catarina 6, nº 1 (16 de abril de 2013): 50–65.
- DOUDEMMENT, Marcello, e DA CONCEIÇÃO, Vinnie Nasser Mesquita. **Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas**. In *Comunidades Terapêuticas: temas para a reflexão*, 247. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.
- DOWBOR, Monika. **A arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - USP, São Paulo, 2012.
- DOWBOR, Monika. **Escapando das incertezas do jogo eleitoral: a construção de Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. 2019.
- FEBRACT. **Serviço de Acolhimento Social para a Recuperação e Reinserção Social de Usuários de Substâncias Psicoativas “oferta de vagas e gerenciamento de rede de acolhimento do Programa Recomeço: UMA VIDA SEM DROGAS”**. Relatório Circunstanciado ano 2019. Termo de Colaboração Processo nº1938/2016. Campinas, 2019.
- FRACASSO, Laura. **Comunidades terapêuticas: histórico e regulamentações**. Eixo Práticas. Apresentado em: Aberta; Portal de Formação a Distância: sujeitos, contextos e drogas. Jun. de 2017. Disponível em: <aberta.senad.gov.br>.
- GOULART, Maria Stella Brandão. **Comunidades terapêuticas: conceito e prática de uma experiência dos anos sessenta**. 5, nº 2 (dezembro de 2014): 53–69.
- HABERMAS, Jürgen. **Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos**. Tempo Brasileiro, 2007.
- IPEA. **Relatório preliminar da pesquisa Perfil das Comunidades Terapêuticas Brasileiras**. Brasília: Ipea, 2016. (Boletim de Análise Político-Institucional, n. 10).
- LAVALLE, Adrian Gurza; CASTELO, G; BICHR, Renata. Mirandola. **Protagonistas na Sociedade Civil: Redes e Centralidades de Organizações Cívicas em São Paulo**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. V.50, n.3, p.465-498. 2007.

LAVALLE, Adrian Gurza et al. **A construção política das sociedades civis**. In: Gurza Lavalle, A. (Coord.) **O horizonte da política: questões emergentes e agendas de pesquisa**. São Paulo: Unesp, 2012.

LAVALLE, Adrian Gurza et al. **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. 2019.

LINDBLOM, Charles Edward. **The intelligence of democracy: decision making through mutual adjustment**. New York: Free Press, 1965.

LOTTA, G S. **O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade**. Implementação de políticas públicas: teoria e prática. Belo Horizonte: PUC Minas, p. 20-49, 2012.

MACHADO, Laura Paes. **Do crack a Jesus: um estudo sobre carreiras de usuários de substâncias psicoativas em uma comunidade terapêutica religiosa**. 2011.

MARQUES, Eduardo. **Government, Political Actors and Governance in Urban Policies in Brazil and São Paulo: concepts for a Future Research Agenda**. Brazilian Political Science Review, v. 7, n. 3, 2013, pp. 8-35.

NETTO, Gabriela Figueiredo. **Quando o dinheiro importa menos: uma análise do financiamento de campanhas eleitorais dos candidatos evangélicos**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Uneven secularization in the United States and western Europe**. Democracy and the new religious pluralism, 2007, p. 31-57.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Veloso de. **Comportamento eleitoral e a variável religiosa na decisão do voto: um estudo sobre os eleitores neopentecostais**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2012.

ORTUNES, Leandro; MARTINHO, Silvana; CHAIA, Vera. **Lideranças políticas no Brasil: da Teologia da Libertação ao Neofundamentalismo**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 28. Brasília, janeiro - abril de 2019, pp 195-232. DOI: 10.1590/0103-335220192807.

PIRES, Roberto Rocha Coelho. **Um Campo organizacional de comunidades terapêuticas no Brasil? Dos processos de convergência e suas implicações às clivagens emergentes**. 2018.

PISMEL, Adriana Cattai. **Participação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas: A sistematização inicial de uma agenda de pesquisa**. Revista Brasileira de Políticas Públicas v.4, n.3, dezembro/2019.

SABATIER, Paul A. **The need for better theories**. In: *Theories of the policy process*. Second Edition. Edited by SABATIER, Paul A. Boulder: Westview Press. 2007, pp. 03-20.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **Comunidades terapêuticas e a disputa sobre modelos de atenção a usuários de drogas no Brasil**. 2018.

SÃO PAULO. **Decreto nº 59.164, de 9 de maio de 2013**. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 59.684, de 30 de outubro de 2013**. São Paulo: Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Edital de Chamamento Público SJDC 01/2013**. São Paulo: Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, 2017.

\_\_\_\_\_. **Resolução Conjunta-1, SEDS/SEE/SES/SSP/SJDC, de 05 de dezembro de 2017**. São Paulo, 2017.

\_\_\_\_\_. **Resolução SEDS nº 08, de 4 de maio de 2017**.

\_\_\_\_\_. **Marco referencial técnico de atendimento e intervenção nos serviços de acolhimento ofertados em comunidades terapêuticas do Programa Recomeço**. São Paulo, 2019.

SERAFIM, Lizandra; RODRIGUES, Maria; BICHR, Renata. **Dossiê: Estado em ação: participação social, ação estatal e políticas públicas.** Revista Brasileira de Políticas Públicas v.4, n.3, dezembro/2019.

SKOCPOL, Theda. **Protecting Soldiers and Mothers: The Political Origins of Social Policy in the United States.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

SOUZA, Leticia Canonico de; NUNES, Matheus Caracho; e SANTOS; Maria Paula Gomes dos. **Tempo e subjetivação em Comunidades Terapêuticas.** In: Comunidades terapêuticas : temas para reflexão, 247. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

SZWAKO, José; LAVALLE, Adrian Gurza. **Seeing Like A Social Movement: Institucionalização simbólica e capacidades estatais cognitivas.** Novos estudos CEBRAP, v. 38, n. 2, p. 411-434, 2019.

TAYLOR, Charles. **What does Secularism mean?** v. 33, n. 1, p. 218-253, 2015.

VON BÜLOW, M; ABERS, R. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?** Sociologias, Porto alegre, ano 13, n. 28, set./dez., p. 52-84. 2011.

### Anexo 1 - Tabela de entrevistas analisadas

<b>Número da entrevista</b>	<b>Entrevistado</b>	<b>CT</b>	<b>Identificação religiosa</b>
Entrevista 1	Psicólogo	CT 1	evangélica
Entrevista 2	Assistente Social	CT 2	evangélica
Entrevista 3	Psicólogo	CT 2	evangélica
Entrevista 4	Assistente Social	CT 3	evangélica
Entrevista 5	Psicólogo	CT 3	evangélica
Entrevista 6	Assistente Social	CT 4	evangélica
Entrevista 7	Assistente Social	CT 5	evangélica
Entrevista 8	Assistente Social	CT 6	evangélica
Entrevista 9	Psicólogo	CT 7	evangélica
Entrevista 10	Psicólogo	CT 8	evangélica
Entrevista 11	Assistente Social	CT 9	católica
Entrevista 12	Psicólogo	CT 10	católica
Entrevista 13	Psicólogo	CT 11	católica
Entrevista 14	Assistente Social	CT 12	católica
Entrevista 15	Assistente Social	CT 13	católica
Entrevista 16	Assistente Social	CT 14	católica
Entrevista 17	Psicólogo	CT 15	católica
Entrevista 18	Psicólogo	CT 16	católica
Entrevista 19	Assistente Social	CT 17	católica
Entrevista 20	Assistente Social	CT 17	católica
Entrevista 21	Psicólogo	CT 17	católica
Entrevista 22	Psicólogo	CT 18	católica
Entrevista 23	Psicólogo	CT 18	católica
Entrevista 24	Assistente Social	CT 19	católica
Entrevista 25	Psicólogo	CT 20	católica
Entrevista 26	Psicólogo	CT 21	vínculo religioso não identificado
Entrevista 27	Assistente Social	CT 22	vínculo religioso não identificado
Entrevista 28	Assistente Social	CT 23	vínculo religioso não identificado
Entrevista 29	Psicólogo	CT 24	vínculo religioso não identificado
Entrevista 30	Psicólogo	CT 24	vínculo religioso não identificado
Entrevista 31	Assistente Social	CT 25	vínculo religioso não identificado
Entrevista 32	Assistente Social	CT 26	vínculo religioso não identificado
Entrevista 33	Psicólogo	CT 27	vínculo religioso não identificado
Entrevista 34	Assistente Social	CT 28	vínculo religioso não identificado
Entrevista 35	Psicólogo	CT 28	vínculo religioso não identificado
Entrevista 36	Representante da COED		
Entrevista 37	Representante da COED		

## **Anexo 2 - Vinhetas**

### **Caso 1 (Vinheta de controle)**

Imagine um novo acolhido que chegou na semana passada. Reginaldo, 51 anos, estava morando na rua. Reginaldo é um homem negro, que quando jovem, era um pedreiro dos bons, conhecido em toda região de Itaquera, além de ser o craque do campinho da região, sempre muito festeiro e gostava muito de namorar. Em 2004, Reginaldo se casou e sossegou, mas faz uns cinco anos que a esposa o trocou por outro, grávida já. Desde então, Reginaldo começou a beber muito, e há três anos mora na rua. Tentou fazer tratamento no CAPS várias vezes, mas nunca teve muito resultado. Ficou internado na Comunidade do Riachão três vezes já, mas o máximo que já ficou foram três meses, nessa última vez. Ele estava até começando a evoluir nos 12 passos, mas perdeu a paciência e não quis mais ficar. Dessa vez, Reginaldo intercala momentos de choro e agressividade e se recusa a passar no psiquiatra e a tomar qualquer medicação. Ele diz que só está passando um tempo, para descansar um pouco da rua e ficar um pouco quieto, mas até aceita participar de algumas atividades. Reginaldo relatou problemas de saúde como diabetes e hipertensão descontrolados. Diz que não tem família, só um primo em Belo Horizonte.

### **Caso A (Vinheta de tratamento)**

Pedro é um jovem de 21 anos que faz uso abusivo de drogas desde os 15. Filho de um motorista de táxi e de uma professora de matemática, Pedro mora com os pais e dois irmãos num bairro de classe média. Pedro era uma criança muito inteligente e muito popular na escola. Quando entrou no ensino médio, mudou de escola e começou a sair com um novo grupo de amigos. Foi quando começou a usar drogas. Depois que experimentou o crack, passou a matar aula para fumar. Com o tempo, começou a roubar coisas de casa para comprar crack e a dormir algumas noites fora de casa. Os pais já tentaram várias vezes tratar o vício do filho de várias formas e agora mandaram ele pra Comunidade. Ele está aqui há três semanas, já fez muitas amizades. Os pais ligam para ele todo dia, mas ele não gosta de atender. Ele tem muita energia, mas não gosta muito de participar das atividades, principalmente as que tem algo a ver com religião.

### **Caso B (Vinheta de tratamento)**

Roberto é um jovem de 21 anos, mas faz uso abusivo de drogas desde os 15. Filho de uma faxineira diarista, Roberto é o mais velho de quatro filhos. Todos foram criados sem pai, e moram numa região de invasão. A mãe trabalha muito, já que precisa sustentar sozinha a casa e não consegue ficar muito tempo com os filhos. Roberto era uma criança muito inteligente e muito popular na escola, sempre entre os melhores alunos. Quando entrou no ensino médio, mudou de escola e começou a sair com um novo grupo de amigos. Foi quando começou a usar drogas. Depois que experimentou o crack, passou a matar aula para fumar. Com o tempo, começou a roubar coisas de casa para comprar crack e a dormir algumas noites fora de casa. A mãe já tentou tratamento e agora decidiu mandá-lo para a Comunidade. Ele está aqui há três semanas, já fez muitas amizades. A mãe liga para ele todo dia, mas ele não gosta de atender. Ele tem muita energia, mas não gosta muito de participar das atividades, principalmente as que tem algo a ver com religião.